

**ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS DA BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como **EMISSIONA**, **BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede em Poá (SP), na Av. Nove de Julho, 220 - , inscrita no CGC sob nº 43.425.008/0001-02, e no Registro de Empresas sob NIRE 35300012283, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente **EMISSIONA**, e de outro lado como interveniente, **SANVEST TRUSTEE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LIMITADA**, com escritório na Cidade de São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, nº 2.504 - 8º andar, inscrita no CGC sob nº 67.030.395/0001-46, doravante designada simplesmente **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures da 5ª. emissão objeto da presente escritura, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base em autorização da Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONA**, realizada em 2 de abril de 1997.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A 5ª emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/76, e nº 6.404, de 15/12/76, e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou a 5ª emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Poá, Estado de São Paulo.

m V. G.

CLÁUSULA III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de Instituição Financeira, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01 de abril de 1.997.

3. DATA DE VENCIMENTO

A data de vencimento das debêntures será o dia 01 de abril de 2.000.

4. QUANTIDADE DE TÍTULOS E SÉRIE

A emissão será composta de 20.000 (vinte mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, em uma série única.

5. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

6. FORMA

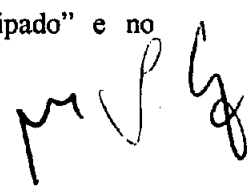
As debêntures serão escriturais.

7. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada.

8. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures desta 5ª emissão será a variação da Taxa Referencial - TR, data-base dia 01, divulgada pelo Banco Central do Brasil, a contar do dia 01 de abril de 1.997, de forma acumulada, para cada período de um mês, até a data do vencimento das debêntures, capitalizada e acrescida ao valor nominal unitário, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente desta emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da "Aquisição Facultativa", "Vencimento Antecipado" e no "Vencimento Final" das debêntures.



- 8.1. A apuração do montante das obrigações ou eventos referentes à presente emissão que se devam liquidar em datas intermediárias, a partir de 01.04.97, far-se-á aplicando-se a TR do respectivo período exponencialmente na forma "pro-rata" dia útil.
- 8.2. Na hipótese de extinção da TR ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não mais puder ser utilizada para fins de cálculo da base de valor pecuniário das obrigações e eventos dela decorrentes, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas hipóteses, os novos índices ou taxas de cálculos ou aludidas alterações dos critérios de aplicação da TR serão, desde logo, automaticamente aplicáveis à esta escritura de emissão. Entretanto, ocorrendo a hipótese prevista neste subitem e não havendo determinação legal para substituição da TR, o Agente Fiduciário convocará Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre proposta da Emissora a respeito da necessária substituição.

9. JUROS REMUNERATÓRIOS

Às debêntures desta emissão serão conferidos juros remuneratórios, a partir da data de emissão, capitalizados à base de 13% a.a. (treze por cento) ao ano, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal remunerado na forma do item 8 anterior, pagos na data de vencimento das debêntures, ou na data de qualquer outra obrigação pecuniária prevista nesta escritura, sendo calculados exponencialmente por dias decorridos até a data do efetivo pagamento.

10. PRÊMIO


O Conselho de Administração da EMISSORA poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para as debêntures desta 5ª emissão, a fim de adequar a rentabilidade das debêntures às condições de mercado. Os prêmios poderão ser deliberados a qualquer tempo e comunicados aos debenturistas através de avisos publicados no jornal Gazeta Mercantil.

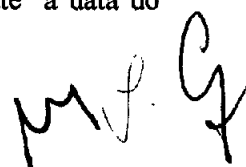
11. CONVERSIBILIDADE

Cada debênture desta 5ª emissão, poderá, a partir da data da subscrição, ser convertida, a qualquer tempo, nas quantidades fixadas de ações ordinárias e preferenciais de acordo com o cronograma a seguir estabelecido:

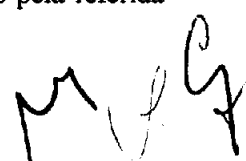
PERÍODO DE CONVERSÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES CONVERTIDAS POR DEBÊNTURE		
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL
de 01/04/1997 a 01/04/1998	13	12	25
de 02/04/1998 a 01/04/1999	11	11	22
de 02/04/1999 a 01/04/2000	10	9	19

M. J. G.

- i. O número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionadas no “caput” deste item será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos;
- ii. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial do Estado onde se localiza a sede da **EMISSORA**, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404 de 15.12.76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**;
- iii. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais existentes à época da conversão e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;
- iv. Sempre que a **EMISSORA** promover aumento do seu capital social com emissão de ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência os debenturistas terão, a seu exclusivo critério, o direito de converter suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações;
- v. Até o vencimento final da presente emissão, caso a **EMISSORA**, e por deliberação da Assembléia Geral, vir a emitir novas debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas desta emissão terão, a seu exclusivo critério, o direito de converter suas debêntures em ações pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões;
- vi. Na hipótese da **EMISSORA**, e por deliberação da Assembléia Geral, vir a emitir bônus de subscrição, durante o prazo de exercício do direito de subscrição de ações os debenturistas terão, a seu exclusivo critério, o direito de converter suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição;
- vii. As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos subitens iv, v, e vi, serão devidas em espécie, na data de solicitação de conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente, e sobre o valor assim apurado será acrescido a variação acumulada da Taxa Referencial - TR, conforme previsto no item 8 acima, juros e prêmio, se houver, previstos nos itens 9 e 10 acima, calculados “pro-rata-temporis” desde a data da solicitação de conversão até a data do efetivo pagamento. 



- 11.1. As ações ordinárias decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens: Estatutárias: i) com direito a voto; ii) direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 25 % (vinte e cinco cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei. Decorrentes desta escritura de emissão de debêntures: i) farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; ii) farão jus aos dividendos do exercício social em que forem convertidas, da seguinte forma: a) integrais, se a conversão se realizar no 1º (primeiro) semestre do exercício social e, b) parciais correspondentes a 6/12, caso venha a ocorrer no 2º (segundo) semestre do exercício social.
- 11.2 As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens: Estatutárias: i) não têm direito a voto, nem são conversíveis em ordinárias, ii) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, iii) direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 25 % (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei. Decorrentes desta escritura de emissão de debêntures: i) farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; ii) farão jus aos dividendos do exercício social em que forem convertidas, da seguinte forma: a) integrais, se a conversão se realizar no 1º (primeiro) semestre do exercício social e, b) parciais correspondentes a 6/12, caso venha a ocorrer no 2º (segundo) semestre do exercício social.
- 11.3 Em caso de conversão das debêntures, o debenturista receberá, além das ações objeto de conversão nas quantidades fixadas no quadro acima, a remuneração na forma do item 8 acima, isto é, a variação acumulada da Taxa Referencial - TR, os juros conforme disposto no item 9 acima e prêmio, se houver, calculados "pro-rata-temporis" desde a data de emissão até a data de conversão, a ser paga em moeda corrente nacional, até o 6º (sexto) dia útil contado a partir da data da solicitação da conversão.
- 11.4. A conversão das debêntures poderá ser feita pelo debenturista mediante solicitação junto à instituição financeira depositária das debêntures escriturais, sendo que, para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data do recebimento da solicitação pela referida instituição financeira. ✓



12. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE CONVERSÃO

O preço de conversão teve como parâmetro de cálculo o valor patrimonial da ação (VPA) da EMISSORA apurado em 31/12/96, sendo fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o primeiro período de conversibilidade, isto é, de 01/04/97 a 01/04/98, resultando tal preço uma relação de aproximadamente 1,8 vezes o VPA, que é compatível com os atuais níveis apurados na relação "cotação sobre VPA" de instituições financeiras privadas de primeira linha com ações negociadas em bolsa.

13. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

O preço de subscrição das debêntures desta 5ª emissão é o valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerado na forma do item 8 acima, acrescido de juros remuneratórios definidos no item 9 acima, calculados "pro-rata-temporis", desde a data de emissão até a data da liquidação financeira da subscrição. O preço será integralizado à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

14. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 02/04/97, os atuais acionistas, detentores de 100% do capital da EMISSORA, apresentaram expressa renúncia ao direito de preferência na subscrição das debêntures desta 5ª emissão.

15. MORA

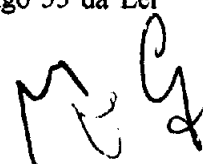
Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em obrigação pecuniária prevista nesta escritura, obriga-se ela a pagar tais obrigações pecuniárias na forma estabelecida neste instrumento, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

16. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item 15 anterior, as debêntures após sua conversão, seu vencimento final ou vencimento antecipado, não mais vencerão base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, se houver, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.

17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal remunerado acrescido de juros e prêmio, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.



17.1. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos, pela EMISSORA, aos titulares das mesmas.

17.2. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou serem novamente colocadas no mercado.

18. NEGOCIAÇÃO

As debêntures desta 5ª emissão serão registradas para negociação junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

19. LOCAL DE PAGAMENTOS

Os pagamentos referentes ao principal, e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados pela instituição financeira depositária, na sede da EMISSORA, ou ainda, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

20. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento da obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

21. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, na cidade de São Paulo.

22. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, da soma total das debêntures em circulação, ou seja: o valor nominal, acrescido de juros e prêmio, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

1

[Handwritten signature]

- a. decretação de falência da **EMISSORA**;
- b. pedido de concordata preventiva formulada pela **EMISSORA**;
- c. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta escritura, não sanada em trinta dias, contados de aviso por escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- d. falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de qualquer obrigação não pecuniária relevante, prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- e. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- f. pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil.
- g. vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, previstas na presente Escritura de Emissão.

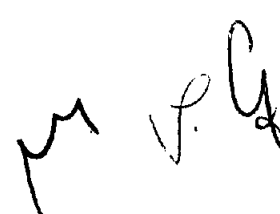
CLÁUSULA IV - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS DEBÊNTURES ESCRITURAIS

A Instituição Financeira depositária das debêntures escriturais será o BANCO ITAÚ S.A.

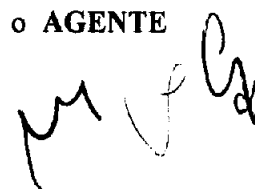
CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** obriga-se especialmente a:

1. manter contrato com instituição financeira, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar eficiente atendimento aos titulares das debêntures escriturais;
2. dar adequada publicidade aos dados econômico-financeiros de atos de sua gestão, promovendo a publicação, conforme preceituado no artigo 289 da Lei 6.404/76, dos seguintes documentos, complementados com notas explicativas e quadros analíticos ou demonstrações contábeis esclarecedoras da situação patrimonial e dos resultados do exercício:
 - balanço patrimonial;
 - demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
 - demonstração do resultado do exercício;
 - demonstração das origens e aplicações dos recursos; e
 - parecer dos auditores independentes, quando se tratar do Balanço Geral.

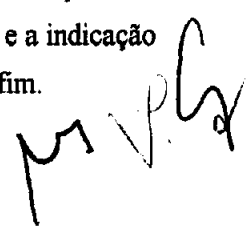


3. fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas, e bem assim cópia de qualquer outro documento ou informação, que tenha caráter relevante para a defesa dos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação, o qual poderá ser prorrogado, na hipótese de impossibilidade comprovada de seu atendimento;
4. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.
5. fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:
 - a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
 - b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
 - c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos nesta Instrução;
 - d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.
6. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
7. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.
8. manter seus bens adequadamente assegurados, conforme praticas correntes.
9. não realizar operação fora de seu objetivo social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.
10. notificar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da **EMISSORA** por mais de 2 (dois) dias úteis.
11. A **EMISSORA** também declara, adicionalmente, não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que impeça de exercer plenamente suas funções.

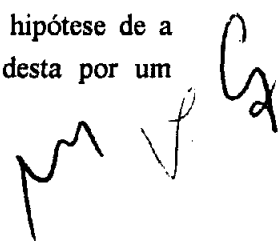


CLÁUSULA VI - AGENTE FIDUCIÁRIO

1. **Nomeação:** a **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da 5a.(quinta) emissão objeto da presente escritura, **SANVEST TRUSTEE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LIMITADA**, retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para nos termos da lei e desta Escritura, representar, perante a **EMISSORA**, a comunhão dos debenturistas.
 - 1.1. **Declaração:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, ora nomeado, declara, sob as penas de lei:
 - a. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404, de 15/12/76 e, o artigo 10, da Instrução CVM nº 28 de 23/11/83, para exercer a função que ora ocupa;
 - b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na Legislação específica e nesta escritura;
 - c. aceitar integralmente a presente escritura em todas as suas cláusulas e condições;
 - d. não ter qualquer ligação com a **EMISSORA**, que o impeça de exercer plenamente sua funções;
 - e. estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil.
2. **Substituição:** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA** por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetua-la, sendo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.
 - 2.1. na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.
 - 2.2. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e a indicação do seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.



- 2.3 a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.
- 2.4. a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento a esta escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis, juntamente com a escritura.
- 2.5. o **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- 2.6. aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, as normas e preceitos baixados pela CVM.
3. **Remuneração:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem nos termos da lei e desta escritura de emissão, 01(uma) parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na data da assinatura desta escritura de emissão e 08 (oito) parcelas quadrimestrais de R\$ 3.000,00 (três mil reais) , vencendo-se a primeira em 01/07/97, a segunda quatro meses após, e assim sucessivamente, vencendo-se a última em 01/11/1.999. //
- 3.1. As parcelas quadrimestrais previstas no “caput” deste item serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) , ou na falta deste , desde que de comum acordo com a **EMISSIONA**, por índice que o substituir, a partir da data da assinatura desta escritura de emissão das debêntures até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas “pro-rata-die”, se necessário;
- 3.2. A remuneração não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSIONA**; mediante prestação de contas.
- 3.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSIONA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese de a **EMISSIONA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias; //



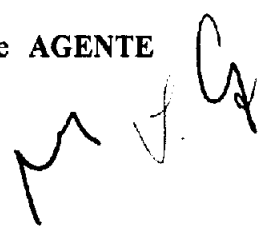
3.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência do item 3 desta cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta escritura de emissão;

4. Deveres e Atribuições: além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

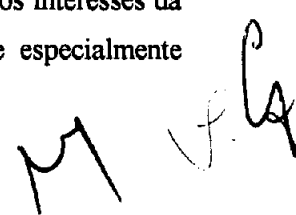
- 4.1. proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- 4.2. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- 4.3. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- 4.4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- 4.5. promover nos competentes órgãos, caso a companhia não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- 4.6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- 4.7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- 4.8. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da companhia **EMISSORA.**;
- 4.9. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- 4.10. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a companhia **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;

M V G

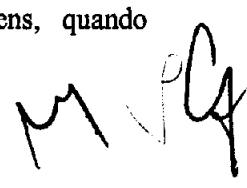
- 4.11. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhes forem solicitadas;
- 4.12. praticar, privativamente, todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nas debêntures, cujos efeitos interessem à coletividade de seus titulares;
- 4.13. elaborar relatório anual dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem a comunhão dos titulares das debêntures nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa;
 - d. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia **EMISSORA**;
 - f. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - g. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia **EMISSORA**;
 - h. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - i. cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão;
 - j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
 - k. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.



- 4.13.1. O Relatório Anual, a que se refere este subitem será publicado, no prazo máximo ali fixado, no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação da Cidade de São Paulo, observando, ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º, do Artigo 289, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- 4.13.2. O inteiro teor do relatório a que se refere este subitem estará à disposição de qualquer debenturista, na sede da companhia, no domicílio do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na Cidade de São Paulo, em seu Escritório retro referido, na CVM e na instituição que liderou a emissão.
- 4.14. Publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem 4.13.2.;
- 4.15. Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à companhia **EMISSORA**;
- 4.16. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- 4.17. Notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas em decorrência da presente Escritura de Emissão.
- 4.17.1. A notificação de que trata o presente subitem, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicações realizadas na forma do subitem 4.13.1 desta Cláusula, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, às Bolsas de Valores, quando for o caso e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar, nos termos do inciso XXIV da Instrução CVM nº 28/83.
- 4.18. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:



- 4.18.1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures cobrando principal e acessórios;
 - 4.18.2. requerer a falência da **EMISSORA**;
 - 4.18.3. representar os debenturistas em processo de falência, concordata ou liquidação da **EMISSORA**; e
 - 4.18.4. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas.
- 4.19. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no subitem 4.18.1 supra somente na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão, ou se a **EMISSORA** entrar em concordata.
- 4.20. O eventual não exercício pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** de quaisquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não constituirá novação, e não impedirá que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a exercê-lo, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.
- 4.21. o **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens 4.18.1 e 4.18.2 desta cláusula se a assembléia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, exceto as debêntures que eventualmente encontrem-se em tesouraria ou de propriedade de coligadas, controladas e/ ou controladoras, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao item 4.18.3 desta cláusula.
5. **Despesas:** a **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas por ele suportadas na proteção dos direitos e interesses dos debenturistas, ou na realização de seus créditos.
- 5.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado dentro de no máximo 15 (quinze) dias, contados da entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.
- 5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão inclusive:
- 5.2.1. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas através de regulamentos aplicáveis;
 - 5.2.2. extração de certidões;
 - 5.2.3. locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

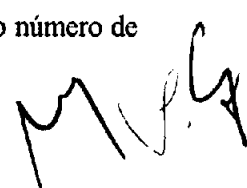


5.2.4. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações de estrito interesse dos debenturistas.

6. **Responsabilidade:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** é responsável, civil e penalmente, pelos prejuízos que sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício das funções, causar aos interesses dos debenturistas.

CLÁUSULA VII - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures, a qualquer tempo, poderão reunir-se em Assembléia, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A Assembléia poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSIONA**, por debenturistas que representarem, no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários.
3. Aplica-se à Assembléia, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral dos Acionistas.
4. A presidência da Assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do disposto no item 2 desta Cláusula, respectivamente, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao Presidente da **EMISSIONA**, ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários.
5. Em qualquer caso, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá à Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.
6. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
7. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, observado, no que couber, o disposto no artigo 126, da Lei 6.404/76.
8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
9. Para efeito de constituição do "quorum" a que se refere esta Cláusula, serão excluídas, do número de debêntures em circulação, as mantidas pela **EMISSIONA** em tesouraria. /



CLÁUSULA VIII - TOLERÂNCIA

A tolerância dos debenturistas não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado.

CLÁUSULA IX - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Poá, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Poá -SP, 2 de abril de 1997

BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

SERGIO SILVA DE FREITAS
Diretor

WILSON SIDNEY BUZOLIN
Diretor

SANVEST TRUSTEE -

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LIMITADA

Testemunhas:

1) **CARLOS ROBERTO ZANELATO**
RG/SP 5.143.150
CPF 638.101.608-53

Oitavo
Serviço
Notarial

2) **ADEMAR VENTURA DE OLIVEIRA**
RG/SP 5.360.569
CPF 339.103.328-20

12º SERVIÇO NOTARIAL - HONORÁRIO SANTO - TABELADO
Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6177
Reconheço por semelhança as firmas: WILSON SIDNEY BUZOLIN, GENESIO C. ARVALHO FILHO, as quais conferem com os padrões depositados em Cartório.

São Paulo, 04 de Abril de 1997
Em testemunho da verdade,
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada
Valores: Firmas: R\$ 8,03 | Proc. dados: R\$ 8,08 | Total: R\$ 1,66
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

12º CARTÓRIO DE NOTA
AL. SANTO S, 1470
Elaine Xavier Fialho
Escrivente Autorizada

